



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
4ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Físico nº: **0010251-77.2013.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Busca e Apreensão Em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária**
 Requerente: **Banco Panamericano Sa**
 Requerido: **Andressa Castilho Gregorio**

Proc. 11139/13

Vistos, etc.

BANCO PANAMERICANO S/A, instituição financeira já qualificada nos autos, moveu, fundamentada nos arts. 66, da Lei no. 4.728/66 e Dec.-Lei no. 911/69, ação de busca e apreensão, contra ANDRESSA CASTILHO GREGÓRIO, também já qualificada, visando o bem descrito a fls. 02, que lhe foi alienado fiduciariamente em garantia.

A inicial veio instruída com o contrato e protesto levado a efeito contra a suplicada.

Deferida a liminar (fls. 24), o bem foi regularmente apreendido (fls. 28).

Regularmente citada (fls. 27), a ré contestou intempestivamente (fls. 32/39).

É o relatório.

DECIDO.

O julgamento antecipado da lide é cabível in casu, como será demonstrado.

Como se vê dos autos, a suplicada foi regularmente citada em 11 de julho de 2013 (fls. 27) e o mandado de citação, foi juntado aos autos em 18 de julho de 2013 (fls. 25vº), uma quinta feira, dia em que houve expediente forense normal.

O prazo para contestação, que é de 15 dias, começou a fluir no dia 19 de julho de 2013, uma sexta-feira, dia em que também houve expediente forense normal e se escoou em 02 de agosto de 2013, também uma sexta feira, dia em que houve expediente forense normal.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
4ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

A contestação de fls. 32 foi protocolada em 09 de agosto de 2013, ou seja, após o decurso do prazo para oferecimento de contestação.

Destarte, dúvida não há de que a suplicada é revel e a revelia faz presumir aceitos como verdadeiros, os fatos alegados na inicial, notadamente, a falta de pagamento das parcelas do financiamento.

Destarte, e considerando a revelia, a procedência desta ação, é medida que se impõe.

Com tais considerações e o mais que dos autos consta, **julgo procedente a ação.**

Em consequência, declaro rescindido o contrato e consolidado em caráter definitivo, a favor da autora, a posse e o domínio plenos e exclusivos do bem, apreendido liminarmente.

Levante-se o depósito, ficando facultada a venda pela autora, na forma do art. 3º, parág. 5º., do Dec.-Lei no. 911/69.

Oficie-se ao DETRAN, comunicando estar a autora, autorizada a proceder a transferência do veículo, a terceiros que indicar, permanecendo nos autos, os títulos exibidos.

A ré arcará com as custas do processo e honorários advocatícios, que fixo em 10% do débito.

P. R. I. C.

SÃO CARLOS, 09 de maio de 2014.

THEMÍSTOCLES BARBOSA FERREIRA NETO

JUIZ DE DIREITO

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**